

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 5

Uma visão da Mobilidade

José Adriano Alves de Amorim (*)

Nos últimos tempos vem tomando corpo uma grande crise de mobilidade envolvendo questões relacionadas não só ao transporte público quanto ao trânsito, que tem repercutido negativamente na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento das cidades. Por sua vez, a cidade é um ambiente de uso da coletividade; o acesso às atividades que nela se apresentam dependerá das condições de mobilidade que serão disponibilizadas aos cidadãos. Constitui-se um desafio diário para as regiões metropolitanas brasileiras, prover o transporte de qualidade aos seus habitantes e fazer com que uma quantidade considerável de pessoas consiga ter acesso as suas atividades sem geração de grandes conflitos que venham a denegrir a essência do transporte coletivo. Este fenômeno passa a ser característica das cidades consideradas em desenvolvimento, agravadas não só pela falta de investimentos em infraestruturas, como também pela quantidade de carros que diariamente chegam às ruas de todo o país, aquecidos principalmente pela facilidade de acesso aos financiamentos.

Conforme se pode encontrar em Ferreira (2007), o transporte é um problema diferente de todos os outros enfrentados por países em desenvolvimento. Se o país ficar rico, sua educação melhora, a cultura melhora, quase tudo vai melhorar, exceto o transporte, que vai piorar, porque teremos cada vez mais carros, mais engarrafamentos, mais poluição e uma cidade mais impossível de se viver. Não é possível resolver o problema dos transportes, apenas pelo aumento da infraestrutura viária.

O domínio por parte do automóvel, tem trazido consequências negativas em termos ambientais, de qualidade de vida das pessoas, da qualidade das áreas residenciais e do uso coletivo, bem como à degradação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, devido à ampliação na quantidade de ruas calçadas que ratifica a utopia da diretriz de melhorar a fluidez no trânsito. O hábito de conviver tão naturalmente com os carros, transfere a solução dos problemas iniciados por eles, com o desejo de possuí-los e facilitar os seus deslocamentos através da construção de novas estradas e melhorias das existentes. Não é percebido que agindo desta maneira, os ganhos aparentes, na realidade se tornam em perdas pelo aumento do congestionamento, número de acidentes e poluição. Desta forma, o desejo de que os sistemas de transportes devam facilitar a mobilidade tem se contradito com o comprometimento, pelo alto estímulo ao uso do automóvel, dos constantes engarrafamentos e a disputa desproporcional, não benéfica, dos espaços urbanos entre o homem e o carro. O pedestre tem ao longo do tempo perdido áreas destinadas a sua circulação para propiciar a adequação dos veículos nas cidades e depois continuar a disputar os poucos locais que lhe resta com os equipamentos urbanos. Para as pessoas se deslocarem, ato que deveria ser realizado com prazer e repleto de conforto e segurança, casos os espaços destinados às pessoas não estivessem sendo violados, habitualmente, tem esbarrado no encontro de dificuldades diversas, restringindo suas velocidades e impondo limites as suas circulações, ferindo o princípio constitucional do direito de ir e vir.

Durante os deslocamentos, as pessoas, sucessivamente vão mudando de perfil e passam a exercer



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

papeis diferenciados, assumindo a condição de pedestre, passageiro de transporte coletivo, motorista, entre tantos outros atores, variando segundo as condições particulares e limitações de cada um. A falta de preparação faz com que nem sempre o desempenho destes papéis seja executado satisfatoriamente, sendo em alguns casos cumprido com certo grau de agressividade. O desconhecimento dos direitos individuais somados a fragilidade da educação, tem favorecido a perpetuação do desrespeito generalizado, aumentando diariamente a convivência não salutar da possibilidade de riscos de acidentes.

As crises econômicas, vivenciadas pela população, têm privado os mais pobres ao acesso aos serviços de transportes coletivos, instituindo, conseqüentemente, uma queda na mobilidade urbana, acarretando desta forma, uma exclusão social através da diminuição de oportunidades de trabalho, social, acesso aos serviços sociais básicos e o atendimento das suas necessidades.

A qualidade da prestação de serviço em transporte ofertada a população tem diminuído sensivelmente, constituindo-se para o Poder Público como sendo um grande desafio a ser enfrentado diariamente nas áreas urbanas, na tentativa de ser oferecido aos cidadãos, um transporte adequado ao atendimento do deslocamento de pessoas, bens e mercadorias.

() José Adriano Alves de Amorim, formado em Ciências Contábeis, atualmente cursa Licenciatura em Matemática(EAD), pela UFPE, e trabalha na CBTU/STU- REC, também conhecida como METROREC, na área de operação.*